

A inclusão digital dos/as alunas/os das escolas públicas no ensino remoto

Gabriele Azevedo Rochaⁱ 

Faculdade do Maciço de Baturité, Baturité, CE, Brasil

1

Resumo

O presente estudo aborda a inclusão digital para as/os discentes no período da covid-19. Temos como objetivo geral compreender o processo de inclusão ao ensino remoto para os/as discentes nas instituições públicas de ensino em nível médio e básico. Nos objetivos específicos, entender as concepções de ensino remoto e educação à distância. Identificar as condições de acesso dos/as alunos/as à modalidade de ensino remoto na pandemia. Apontar as estratégias/métodos utilizados na elaboração/continuação do Ensino remoto. O método de análise utiliza revisão integrativa, com a escolha de cinco artigos. Como descritor se utilizou-se “ensino remoto”. Nas considerações finais aponta-se o acesso precário e não acesso em muitos casos ao ensino remoto pelas camadas vulneráveis. Concluímos a diferença entre ensino remoto e à distância. Sendo o primeiro uma adaptação do presencial ao meio virtual, enquanto a Educação a Distância (EaD) é virtual e assíncrono.

Palavras-chave: Ensino Remoto. Educação à Distância. Juventude. Inclusão Digital.

The digital inclusion of public school students in remote education

Abstract

The present study addresses digital inclusion for students during the pandemic covid-19. Our general objective is to understand the process of joining remote teaching for students in public institutions of secondary and basic education. In the specific objectives, understand the conceptions of remote teaching and distance education. Identify the conditions of access of students to the remote teaching modality in the pandemic. Point out the strategies/methods used in the elaboration/continuation of Remote Teaching. The analysis method uses integrative review, with the choice of five articles. As a descriptor, “remote teaching” was used. In the final considerations, precarious access and non-access in many cases to remote teaching by vulnerable groups are pointed out. We conclude the difference between remote and distance learning. The first being an adaptation of face-to-face to the virtual environment, while distance learning is totally virtual and asynchronous.

Keywords: Remote Learning. Distance Education. Youth. Digital Inclusion.

1 Introdução

A temática da pesquisa em questão é o acesso ao ensino remoto das/os alunos/as das escolas públicas de ensino durante a pandemia causada pela covid-19.

2 O despertar pela temática advém do período da graduação em Serviço Social, em que pesquisamos a percepção na ótica das/os discentes sobre o ensino técnico profissionalizante, in loco na Escola Darcy Ribeiro, localizada no bairro Conjunto Esperança. Sendo de interesse da pesquisadora em questão o tema educação e suas múltiplas faces, no contexto de crise sanitária mundial, fomentando o interesse em compreender o processo de ensino e aprendizagem nas modalidades remotas.

No Brasil se observa a disparidade nas formas de acesso ao ensino, seja no nível básico, médio e superior para a população exposta à vulnerabilidade social, residente na zona periférica onde os recursos estruturais educacionais são escassos a desigualdade social se mostra na perpetuação de grupos no poder econômico e político da ordem social. O ensino superior aponta para a possibilidade de ascensão social, mas nos perguntamos se todas/os têm condições de entrada e permanência nesses espaços? Como um/a jovem irá estudar em tempo integral na universidade, se na sua residência, o núcleo familiar possui necessidades objetivas diárias? E esse/a adolescente necessita conciliar estudo e trabalho.

Com o restrito contato social, durante o período da pandemia, as aulas foram suspensas indefinidamente para preservar a vida e bem-estar das/os discentes e docentes. A alternativa para dar continuidade do calendário em vista de restringir o contato social, foi pelo ensino remoto emergencial (ERE) por meio da internet, plataformas e aplicativos. Foi estruturada uma forma de ensino adaptando o presencial para o virtual. Esta forma de ensino teve como pré-requisito da internet, computadores, tablets, telemóveis para estudo, professores e discentes buscaram

se adaptar. Uma das medidas elencadas a época foi a carga horária reduzida e muitas atividades, os alunos encontraram várias dificuldades na aprendizagem.

O manuseio dos hardwares e softwares, não é comum para todas/os brasileiros, a exclusão digital é mais uma das faces da questão social. O custeio do serviço de internet é apontado por Cunha, Silva e Silva (2020) como uma dificuldade pela maioria das famílias, principalmente para as/os alunas/os das escolas públicas, onde em maioria estes/as alunos/as recorrem ao laboratório de informática da própria escola. A desigualdade social tão evidente em nosso país assume novos contornos no cenário da covid-19, são exemplos disto os atrasos, a perda de conteúdo, a troca mútua aluna/o e professora(or) afetaram o nosso país. Nas instituições escolares foram implementadas medidas com o auxílio governamental por meio de portarias, como por exemplo de liberação de dados móveis, plataformas e aplicativos sem consumo de dados e alguns casos transmissão das aulas em TV aberta.

Todas as dimensões do cotidiano foram adaptadas para a educação, a precarização já existente se agudizou pela exclusão digital. Dessa maneira surgiu a inquietação em compreender o processo de adaptação das/os discentes. Considerando o contexto de pandemia em efervescência, a pesquisa buscou analisar as produções em meio eletrônico sobre o tema. Foi elaborado o seguinte questionamento “quais os apontamentos nas produções acadêmicas sobre o acesso ao ensino remoto emergencial para os/as discentes durante a pandemia da covid-19 em 2020? ”.

Para condução da análise o objetivo geral foi compreender o processo de adesão ao ensino remoto para os/as discentes nas instituições públicas de ensino em nível médio e básico no período da pandemia da covid-19 em 2020 e apontar as estratégias utilizadas no ERE. Nos objetivos específicos, buscou-se entender as concepções de ensino remoto e educação à distância. Identificar as condições de

acesso dos/as alunos/as à modalidade de ensino remoto na pandemia. Apontar as estratégias/métodos utilizados na elaboração/continuação do Ensino remoto.

As categorias deste trabalho são ensino remoto/ e Educação à Distância (EaD), juventude e inclusão digital. A discussão ocorreu através da conduta dialética crítica, entendendo a realidade como múltipla e complexa.

4

2 Metodologia

A pesquisa em questão utilizou do método revisão integrativa que consiste na análise com base nos dados de produções acerca do tema. O método “[...] permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo” (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2009, p. 159). O método toma embasamento na avaliação crítica dos artigos escolhidos e análises dos dados coletados.

Na presente análise foram escolhidos o total de cinco artigos, são eles: *(Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto*, escrito por Cardoso, Ferreira e Barbosa (2020); *O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação*, escrito por Cunha, Alcineia e Aurênio Silva (2020); *O direito à educação no contexto da pandemia (covid-19) no Brasil: projetos de formação em disputa* por Jamikiu (2020); *Vulnerabilidade social e exclusão digital em tempos de pandemia: uma análise da desigualdade de acesso à internet na periferia de Curitiba* escrito por Sousa (2020); e *Alunos e a reconfiguração da presencialidade em tempos de cibercultura: análise de relatos em redes sociais sobre as dificuldades no ensino remoto em tempos de pandemia* por Moraes e Brito (2020).

Com base no recorte do ano de 2020 onde se situa a pandemia da covid-19 no Brasil, delimitou-se um período de análise, a qual ocorreu em 2021 dado as

exigências para obtenção de título de pós graduação pela faculdade do Maciço de Baturité, Ceará.

Inicialmente a busca se deu na plataforma Scielo, considerando a escassa quantidade sobre o tema, que não abordavam a análise do ensino remoto no contexto pandêmico o êxito foi efetivado por dois canais de busca, sendo estes a Revista Artes de Educar e Revista Com Senso. Os descritores de busca utilizados foram “ensino remoto” e “inclusão digital”. Na revista Artes de Educar foram localizadas dez produções, das quais três integram nosso trabalho. No segundo periódico Revista com Senso foram encontrados três artigos e utilizamos dois como fonte.

O método da revisão integrativa é comum na área da Saúde e pode ser empregado para outras áreas. Dessa forma, a busca se deu em plataformas acadêmicas e revistas sobre o tema, seguida da seleção dos artigos e sua análise. Mendes, Silveira e Galvão (2009) estabelecem que o objetivo da pesquisa revisão integrativa é compreender um determinado fenômeno com base em estudos anteriores”. Por conseguinte, seguida da análise do material de forma crítica.

Esta investigação conta com a introdução, a metodologia, seguido de resultados e discussões, onde consta a análise dos resultados, comparação dos artigos, semelhanças e diferenças, além das categorias estruturantes da pesquisa. Para finalizar, foi realizado uma conclusão dos estudos.

3 Resultados e Discussões

Conforme o Decreto nº 9.057/2017, a modalidade de Educação à Distância é regulamentada no Brasil. Os moldes dessa estrutura são crescentes, com a oferta demasiada de cursos principalmente na área de humanas devido ao seu baixo custo, fomentando o mercado da educação. A esse respeito, a educação a distância de acordo com o Decreto nº 9.057/2017, preconiza:

[...] considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis (BRASIL, 2017).

6

De acordo com este decreto a educação a distância exige um planejamento das ações, uma infraestrutura de implantação nas instituições, porém na ERE ocorreu de forma contrária.

Diante das leituras dos artigos foi identificado diferentes perspectivas sobre o ensino remoto e a educação à distância. A Educação à Distância possui um planejamento, as aulas são gravadas e o aluno/a acessa por plataformas digitais o material. Enquanto o ensino remoto utiliza-se da tecnologia para transmitir as atividades/ações antes realizadas em meio presencial. O planejamento sistemático e assincronia do contato professor e aluno por aulas gravadas é diferenciado do ensino remoto pelo carácter sincrônico, uso de plataformas já existentes, não havendo, por exemplo, um portal unificado para a/o aluna/o acessar. O termo emergencial explica as circunstâncias de conjuntura a qual resultaram nesse tema, conforme autora “o ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus” (BEHAR, 2020, p. 2).

A autora salienta o termo emergencial “[...] porque do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado” (BEHAR, 2020, p. 2).

Nesse contexto, foi pensado nas políticas de acesso de inclusão digital para a população e de acordo com a autora Bonilla (2004), com vista a propiciar que esses atores sociais acessem e dominem em seu favor essas tecnologias.

[...] um conceito mais abrangente, que implique que aquele que está incluído é capaz de participar, questionar, produzir, decidir, transformar, é parte integrante da dinâmica social em todas as suas instâncias (BONILLA, 2004, p. 3).

7

O papel social da escola, situando-se no âmbito da educação, na contribuição do autor Souza Junior (2010, p.175) afirma “[...] a escola como microestrutura da sociedade burguesa relaciona-se através de redes complexas, tensas e contraditórias com a dinâmica social maior”. Sendo a escola espaço de disputas que sofre as interferências do capital. Quando ponderou-se a divisão do ensino para o trabalho e ensino propedêutico para as classes abastadas, ligado às atividades formais. Quando a escola não era um espaço comum a todas/todos, sendo um lugar seletivo para determinado grupo, enquanto aos demais o aprendizado ocorria por meio da labuta. O autor explica que esse espaço, a escola “[...] se define pela sua limitação e pela característica complementar ao lado dos processos educativos que se desenvolvem em torno das categorias trabalho e práxis” (SOUZA JUNIOR, 2010, p. 176). Na concepção marxiana, a escola não supre a formação do ser humano, a articulação desta com outros espaços possibilita a emancipação humana.

A educação no sentido marxiano é para além da instituição da escola formal, se constrói “[...] através de atividades políticas classistas como na construção de associações, sindicatos, partidos, [...]” (SOUZA JUNIOR, 2010, p.36) chamados de instrumentos políticos pedagógicos, possibilitam uma formação emancipadora, entendimento social das estruturas, visando o rompimento com a ordem vigente.

A formação emancipadora nesses espaços é crucial, porém como dito a instituição escola desempenha sua contribuição para as/os jovens. Na pesquisa em questão o público jovem vive a exclusão digital, que é definida muitas vezes com base em aspectos biológicos ou sociais (como rebeldia, transição, etc.), tomamos juventude como categoria social, que segundo Groppo (2000). “[...] é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou

pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ele atribuídos” (GROPPO, 2000, p. 8) .

A juventude e as mudanças que com ela ocorrem são reducionistas para compreender a complexidade dessa categoria e isto é apontado por Groppo (2000) no sentido que as definições acerca da juventude se utilizam do critério sociocultural e societário. São características, como por exemplo, firmar união e prole antes dos trinta anos como regra, hoje é desconstruída pela extensão do tempo de moradia com os pais, dedicação a formação e trabalho.

Na abordagem em questão, a educação perpassa pelo entendimento da inclusão/exclusão digital no momento de pandemia. Bonilla e Sousa (2009) apontam a discussão com o lançamento do Livro Verde que trata da alfabetização digital em duas fases “[...] da infraestrutura com investimentos em telecentros, projetos, políticas públicas, estrutura de rede, subsídio para compra de equipamentos, entre outros” (BONILLA; SOUSA, 2009, p. 134). O estado propicia ações que viabilizem a democratização dos meios e em segunda fase o mercado se utiliza da estrutura para lucrar. Com objetivo único de consumo desarticulado do manuseio de todas as possibilidades desses aparelhos, ainda nas considerações da autora “[...] demanda apenas a oferta de treinamento para a aquisição de competências básicas para o manuseio dessas tecnologias” (BONILLA, 2004, p. 3). Logo, observa-se um cenário em que a maioria da população utiliza os meios eletrônicos, sem explorar as potencialidades deste.

O mercado gera o não-acesso, à exclusão e na mesma medida necessita do consumo desses produtos, ou seja, uma inclusão somente pela “[...] a capacidade da população inserir-se no contexto das tecnologias de informação e comunicação como consumidora de bens, serviços e informações [...]” (BONILLA, 2004, p. 1). A colocação da autora refere-se ao Brasil, onde os meios de comunicação são democratizados, aqui o sentido de democrático somente como possuir/ter, ou seja, na linha consumista necessária ao mercado, desconexo da formação ou capacitação

com esses meios. Observa-se que é necessário “[...] investir na democratização do uso, ou seja, na participação efetiva da população, de forma que tenham a capacidade não só de usar e manejar o novo meio [...]” (BONILLA, 2004, p. 3). Como os professores que necessitam se adaptar ao uso da tecnologia mas sem qualquer preparo por parte da instituição.

Docentes e discentes se encontram no contexto de ensino remoto com deficiências estruturais para esse ensino, onde existe a ausência de formação para professores e alunos, “para a maioria dos professores é oferecida sequer uma “capacitação” aligeirada, o que os mantêm fora do processo” (BONILLA, 2004, p. 4).

Pondera-se que a inclusão digital está para além da apropriação simples dos meios e sim no seu manuseio e autonomia a esse respeito Bonilla (2004, p. 1) afirma: “[...] processos de inclusão digital pressupõem, para além do acesso aos artefatos tecnológicos da cultura digital, empoderamento, fluência, autoria e exercício da cidadania em rede”

A tecnologia tem muito a ofertar, sabemos como auxilia nos processos da vida cotidiana, a democratização do acesso deveria ocorrer por meio de capacitação associada assim como disponibilizar esses equipamentos (computadores e tablets por exemplo). Bonilla e Sousa (2009) relacionam com base em outros autores o entendimento da ligação “inclusão social e digital”, pontuando que a categoria inclusão é positivação do termo exclusão, na qual determinado grupo se apropria de valores e outra que produz se encontra a margem, pois “toda a sociedade se divide [...], em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, 2008, p. 9). A divisão social é histórica.

A pesquisa em questão utilizou o método de revisão integrativa no qual consiste na análise em base de dados de produções acerca do tema, além de análise onde foram coletados um total de cinco artigos com recorte de 2020. Sendo dois artigos disponíveis na Revista com senso e três artigos na Revista Artes de Educar. A palavra-chave na busca das produções foi ensino remoto.

Nesta seção foram explanados os achados da pesquisa. Para fins de referência e didática os artigos serão chamados de E1, E2, E3, E4 e E5, as produções foram respectivamente realizadas em 2020.

O primeiro trabalho titulado *(Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto* é uma elaboração de Cardoso, Ferreira e Barbosa (2020). Objetiva analisar as adaptações na área da educação no cenário pandêmico para determinada parcela da população. Destaca ainda os elementos da desigualdade do acesso as ferramentas digitais pela questão da exclusão digital na modalidade de ensino remoto, impactando estes elementos a viabilidade de uma educação de qualidade na conjuntura atual.

O segundo artigo analisado é *O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação* dos autores Cunha, Silva e Silva (2020). A referida pesquisa expõe sobre o acesso à educação tendo como pano de fundo as secretarias estaduais de ensino. Ressaltando em suas considerações como a exclusão da modalidade ensino remoto e o acesso ao ensino de qualidade se torna inacessível para determinada parte da população.

A terceira exposição estudada foi de Jakimiu (2020) denominada *O direito à educação no contexto da pandemia (covid-19) no Brasil: projetos de formação em disputa*. A autora objetiva assim como o nosso segundo artigo tratar do acesso à educação no período de pandemia, com abordagem teórica e crítica, tendo como conclusão o retrocesso quando se fala do acesso ao direito social a educação.

O quarto estudo intitulado *Vulnerabilidade social e exclusão digital em tempos de pandemia: uma análise da desigualdade de acesso à internet na periferia de Curitiba* ocorreu no cenário da cidade de Curitiba. Seu objetivo trouxe a análise sobre a situação de exclusão e vulnerabilidade social na região citada, dessa

maneira possibilitou uma visão para âmbito nacional da questão e a contribuição é da autora Souza e Guimarães (2020).

Por último cita-se com Moraes e Brito (2020) com a produção *Alunos e a reconfiguração da presencialidade em tempos de cibercultura: análise de relatos em redes sociais sobre as dificuldades no ensino remoto em tempos de pandemia*. O objetivo foi identificar na perspectiva das/os alunas/os a adaptação ao ensino remoto por meio dos memes produzidos nas redes sociais. Em paralelo com o Artigo 04 a exposição refere-se à cidade de Curitiba. A qual integrou o grupo de estados com proposta de exibição das aulas em Tv aberta e plataformas com acesso sem consumo de dados moveis.

As produções E1, E2 e E5 trazem no título o termo ensino remoto e os denominados E2 e E4 referenciam a desigualdade ao acesso à internet e à educação. Nas categorias apresentam-se a discussão de ensino remoto no artigo E1 e E2. A categoria pandemia/covid-19 foi citada pelas produções E1, E2, E3 E4, somente o artigo E5 não realizou menção da categoria.

A metodologia usada nos trabalhos é qualitativa e a técnica é pesquisa bibliográfica.

Quadro 01 - Descrição dos artigos encontrados

Artigo	Título	Abordagem do problema	Método de pesquisa
E1	(Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto	Qualitativa	Bibliográfica
E2	O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação	Qualitativa	Documental e Análise de páginas eletrônicas

E3	O direito à educação no contexto da pandemia (covid-19) no brasil: projetos de formação em disputa	Qualitativa	Bibliográfica
E4	Vulnerabilidade social e exclusão digital em tempos de pandemia: uma análise da desigualdade de acesso à internet na periferia de Curitiba	Qualitativa	Análise documental e revisão bibliográfica.
E5	Alunos e a reconfiguração da presencialidade em tempos de cibercultura: análise de relatos em redes sociais sobre as dificuldades no ensino remoto em tempos de pandemia	Qualitativa	Não deixa evidente. Análise documental e revisão bibliográfica.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Quanto à discussão de conteúdo do material, os artigos foram referenciados pela nomenclatura E1, E2, E3, E4, E5. É inevitável não expor sobre a pandemia já que todas as produções advêm do contraste com esse cenário. As/os autoras/es de 01 e 05 são unânimes em contextualizar a questão, a preservação da vida incluía isolamento social e suspensão de todas as atividades que propiciariam aglomeração. O ser humano essencialmente social, peço a licença para dizer que, vivenciamos uma fase nunca vista na humanidade no período moderno. Além dos artigos citarem o direito à educação garantido pela Constituição Federal/ 1988 e Lei de Bases e Diretrizes da Educação (Lei nº 9.393/1996) são referenciadas pela maioria das produções, mesmo nesse contexto a educação deve ser garantida como especificada em lei.

Quanto a Educação à Distância, as plataformas e aulas gravadas são marcantes dessa modalidade de ensino, as aulas on-line são em momentos demarcados para E1 “Caracteriza-se pelo apoio de tutores de forma atemporal e a carga horária é distribuída em diferentes recursos midiáticos, o que não acontece com as aulas remotas disponibilizadas neste período de isolamento social” (CARDOSO; FERREIRA; BARBOSA, 2020, p. 42).

Corroborando com essa concepção o E2 “o sujeito interage com o material e aprende por esta mediação. A aprendizagem colaborativa não é vivenciada pelo aprendiz [...]” (CUNHA; SILVA; SILVA, 2020, p. 34) A interação social, quando acontece, é de um para um, ou seja, professor/aluno – aluno/professor” (SANTOS, 2009, p. 5668). O contato simultâneo da sala de aula presencial não faz parte do ensino a distância. Aqui temos o ponto de diferença das duas modalidades de educação.

O ensino remoto emergencial (ERE), ensino remoto ou ensino emergencial foram as terminologias utilizadas pelas/os autoras/es. Para Cunha, Silva e Silva (2020, p. 42) – E2 - “O ensino emergencial à distância não tem capacidade para fornecer os mesmos resultados da aprendizagem presencial, mas poderá diminuir os prejuízos causados pela suspensão das aulas”. O intuito é que os prejuízos fossem amenizados para os alunos. Enquanto para E5 – Moraes e Brito (2020, p. 393) conceituam o ensino remoto se revelam como:

[...] o ensino presencial físico com o mesmo curso, currículo, metodologia e práticas pedagógicas, é transportado para os ambientes digitais. Todo o processo é centrado na transmissão de conteúdos quais são transmitidos pelo mesmo professor da aula presencial física.

A discussão sobre as estratégias da prefeitura e estado quanto às ferramentas ofertadas na estruturação do ensino remoto é avaliado de acordo com (E1) Cardoso (2020, p. 42) ao afirmar:

[...] A rede estadual se utilizou de plataforma on-line, videoaulas gravadas e materiais digitais, enquanto a rede municipal optou a maioria por não adotar tais medidas como vamos expor, a maioria suspendeu as atividades ou adiantou férias.

As prefeituras e secretarias estaduais nacionalmente realizaram medidas de planejamento a sua maneira na oferta do ensino, considerando a ausência da

direção nacional sobre o tema. Em destaque E2 – Cunha, Silva e Silva (2020, p. 29), caracteriza que:

[...] as estratégias de ensino das secretarias que optaram pela continuidade das aulas são: aulas on-line ao vivo ou gravadas (vídeo-aulas) transmitidas via TV aberta, rádio, redes sociais (Facebook, Instagram, Whatsapp, Youtube), páginas/portais eletrônicos das secretarias de educação, ambientes virtuais de aprendizagem ou plataformas digitais/on-line, como o Google Classroom e o Google Meet, além de aplicativos; disponibilização de materiais digitais e atividades variadas em redes.

14

O uso da tecnologia ocorreu de maneira leve pelas instituições, o fato é que a internet possibilitou o contato social e promoveu de atividades. A produção E4 – Souza e Guimarães (2020, p.292) abordou a realidade da cidade de Curitiba e as estratégias elaboradas pela prefeitura, contando com disponibilização de videoaulas em canal aberto pela Paraná Turismo canal 9.2 UHF, pelo Youtube TV Curitiba Escola e o aplicativo Aula Paraná. Esse material focou nos alunos do ensino fundamental do 6º ao 9º ano. Quanto a internet, a prefeitura propiciou o acesso sem o consumo de dados pelos estudantes, o que faz na citação de E2 identificamos as plataformas e transmissão pela TV como instrumentos para propagar as aulas.

Para o ensino infantil foi proposta ainda de acordo com E4 – Souza e Guimarães (2020, p. 293) o registro das aulas por escrito para posterior entrega na escola. Moraes e Brito (2020) - E5 - analisaram pela ótica da cibercultura das redes sociais a expressão dos alunos no Estado do Paraná. Assim encontramos similitudes nos dois artigos quanto a referência à aula Paraná sendo ofertada a articulação da rede estadual e municipal em uma proposta conjunta da oferta das aulas como relata E-5 “As aulas pela TV são transmitidas em canais abertos, de segunda a sexta-feira, com horário e grade específicos para cada turma compondo cinco aulas de cinquenta minutos” (MORAIS; BRITO; 2020, p. 397).

Reforça ainda E5 “o governo estadual acordou com as empresas de telefonia para que não se cobrassem pelos dados durante o acesso, e mesmo sem

saldo, os alunos poderiam acompanhar as aulas e os conteúdos” (MORAIS; BRITO, 2020, p. 398).

Logo, E1, E2, E4 e E5 apontam as videoaulas e plataformas on-line como as alternativas mais utilizadas pelos órgãos e secretarias. A plataforma Google Classroom é citada nos E4 e E5 com o acesso sem o consumo de dados em parceria com o governo subsidiando os valores, assim como exibição em TV aberta para transmissão de aulas é medida realizada no Paraná. Em seguida as às redes sociais e os aplicativos são mencionados na facilitação de acesso e na educação básica, sendo os impressos a alternativa apontada com frequência. Os impressos podem ser exemplificados nos estudos dirigidos, atividades para casa ou atividades buscadas na escola.

Dentre as pontuações do acesso à internet, os meios hardwares e softwares são os primeiros empecilhos na educação em casa. (E1) apontam que o “percentual de alunos da rede pública de ensino que não possuem acesso ao computador em casa é de 39%” (CARDOSO; FERREIRA; BARBOSA, 2020, p. 41). O E2 conta com dados da pesquisa CETIC “[...] 37% dos domicílios possuem internet e computador” (CUNHA; SILVA; SILVA, 2020, p. 32). A esse respeito consideramos também que o acesso a internet não significa uso adequado dos meios.

De acordo com Cunha Silva e Silva (2020) - E2 o espaço adequado faz parte dos percalços enfrentados pelos jovens no âmbito doméstico, a questão de poucos cômodos, números de pessoas na residência e além de excesso de movimento. Sendo preciso espaço silencioso, móveis, acesso a rede wi-fi e equipamentos no atual contexto de pandemia para ter acesso ao ambiente de aprendizado. Pontua ainda “a questão que muitos alunos terão os pais/familiares como professores, já que algumas tecnologias utilizadas pelos professores ou a forma como desenvolvem o ensino não possibilitam a aprendizagem [...]” (CUNHA; SILVA; SILVA, 2020, p. 35)

Corroborando com Souza e Guimarães (2020) – E4 cita com base em outros autores que determinadas residências contam com um único cômodo, onde convivem diversas gerações. Nesse sentido, as disparidades são evidenciadas tanto no acesso às redes como na estrutura residencial. A adaptação a uma modalidade emergencial que exige uma série de requisitos perpassa as classes sociais Cardoso, Ferreira e Barbosa - E1 pontuam de acordo com o autor anterior quanto às classes menos favorecidas “[...] são menos propensos a ter em casa um ambiente de aprendizado adequado, como espaço silencioso, dispositivos que não precisam compartilhar, internet com boa velocidade e auxílio dos pais” (CARDOSO; FERREIRA; BARBOSA, 2020, p. 42)

O ambiente físico da escola é estruturado para propiciar o momento de estudo, horários definidos e regimentos com o objetivo único de educar porém, no atual cenário de aceleração e fluxo de informações o jovem necessita se concentrar para estudar, considerando em maioria que a aula ao vivo está na rede social, no aparelho de um familiar e estas questões perpassam principalmente as/aos estudantes da escola pública.

Jamikiu (2020) – E3 evidencia que a implementação do ensino remoto emergencial na Educação Básica minimiza que no ambiente familiar os familiares com a nova atribuição de orientar suas crianças nas atividades possuem ainda suas atribuições domésticas.

O artigo E5 trata “Nas aulas remotas existe uma comunicação bidirecional o professor é o que aparece na videoaula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de web-conferência na frente de um quadro de giz” (MORAIS, BRITO, 2020, p. 400) Os professores traçaram métodos para o virtual dos mesmos conteúdos presenciais, o sistema educacional não ocorria hibridamente, logo o contato com esses meios para alguns se tratava de algo novo, especialmente ao articular essa nova realidade nas metodologias a ser aplicadas com os discentes.

A desigualdade social tem novas configurações na pandemia em especial os E2, E4 e E5 expõe como os alunos que não possuem os celulares, computadores, internet não vão estar no mesmo ciclo que os alunos da rede privada. Ressaltando a disparidade econômica dos pais, mais no tocante a amostra E4 trata da geografia dos bairros do centro e da periferia em contraste na mesma cidade de Curitiba. O autor explica “De fato, os bairros periféricos analisados que apresentam a menor porcentagem de domicílios com internet são, também, os que apresentam o mais baixo Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) global e local [...]” (SOUZA, GUIMARÃES, 2020, p. 294)

A relação geográfica com o fator socioeconômico das famílias nos alertam quanto à periferia e sua condição de existência/resistência. Na exposição E5 o autor expõe o apelo de uma família que não possui aparelho de televisão em casa a um dos integrantes do grupo de estudos formados na universidade.

A produção E5 analisa os memes das/os alunas/os como dito mostra uma imagem de um aparelho celular obsoleto “esse grupo não tem a tecnologia mínima necessária como celulares, tablets e acesso a internet. Muitos dos alunos têm celulares obsoletos, não tem computadores em casa [...]” (MORAIS; BRITO, 2020, p. 404). As redes sociais foram o meio encontrado para as/os alunas/os expressarem a sua dificuldade em acompanhar as aulas remotas. Com imagens e pequenos diálogos mostram como a exclusão digital, tendo que conviver com E5

[...] computadores compartilhados, redes de internet com baixa velocidade, falta de condições para o estudo. Essas situações fizeram com que grande parte desses educandos acumulasse tarefas e atividades causando uma sobrecarga, exposta nas redes sociais (MORAIS; BRITO, 2020, p. 411).

O sentido de cumprir atividades e horas do ano letivo reforça a instrumentalização da escola com as aulas gravadas, retirando a espontaneidade e diálogo comuns anteriormente influi diretamente na função social desse organismo, de sua formação e papel da sociedade. Saviani (2013, p. 11) aponta que tal

fenômeno de educar é próprio da humanidade e do trabalho. Vivemos numa sociedade que nos impõe tempo e uma espécie de escada da vida, com estudos e graduação para o trabalho.

Cunha, Silva e Silva (2020, p. 32) E2 traz “dados do IBGE mostram que a evasão e o atraso escolar têm relação direta com a condição socioeconômica, atingindo a população mais pobre em até oito vezes mais que o estrato mais rico” Os dados registram e quantificam como se dá a desigualdade social e econômica brasileira, agravada no contexto de pandemia. Ainda de acordo com E2 mostra que a modalidade de ensino não é satisfatória para o aprendizado.

18

4 Considerações finais

A análise pelo método da revisão integrativa evidenciou que as condições de acesso são precárias para as camadas empobrecidas da sociedade, mostrando o não-acesso à internet, aos meios eletrônicos, a um espaço de estudo estruturado. As residências com convivência familiar movimentada, aparelhos que não suportam os aplicativos, linhagem ultrapassada interferem na qualidade do ensino. Como vimos nos artigos, os jovens se expressaram por meios das redes sociais e memes a situação vivenciada por elas/eles, como exemplo nos percalços do cotidiano do ensino remoto, situação exposta no artigo na região de Curitiba.

O ensino remoto emergencial se mostra como alternativa adaptada diante da pandemia com o objetivo de reduzir os impactos para as/os estudantes, considerando a incerteza de retorno presencial às aulas. A educação à distância e o ensino remoto se diferenciam pelo sentido das modalidades e pela estruturação do ensino e respectivamente se apresentam pelas seguintes características, ocorre de forma virtual com plataformas e aulas gravadas, assincronia entre professor e aluno, enquanto o ensino remoto é síncrono, usando de meios virtuais e métodos da modalidade presencial convencional na transmissão das aulas, ressaltando que o

contato ocorre de forma síncrona no virtual, apesar das restrições com possibilidade de troca de ideias e discussões.

As plataformas Google classroom, Google Meet e youtube são destacadas como as mais utilizadas, a popularidade e disponibilidade pelo Google foram isentas de cobranças pelas plataformas. Apontamos ainda a articulação independente das federações, pela ausência de um direcionamento nacional e se deu somente em algumas capitais que colocaram a disposição para o corpo discente utilizasse dados móveis, compreendendo o quesito do acesso a internet como um dos obstáculos para estes. Secretarias estaduais e municipais articularam a exibição das aulas em Tv aberta como medida de democratização do acesso as aulas, ressaltamos que isso ocorreu em pouquíssimos locais, quais? A discussão é essencial e recente para a educação no Brasil, aponta a disparidade social e econômica aguda, como o retrocesso em pensar medidas democráticas não são pensadas por parte do estado o que desconstrói avanços recentes para a educação.

Referências

BARBOSA, Fabiana Carla Gomes; CARDOSO, Cristiane Alves; FERREIRA, Valdivina Alves. (Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. **Revista com senso**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 38-46, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/929/554>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.057/25 de Maio de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 25 jul. 2021.

BONILLA, Maria Helena. **Educação e inclusão digital**. 2020. Disponível em: <http://www.twiki.ufba.br/twiki/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BONILLA, Maria Helena; SOUSA, Joseilda Sampaio. Exclusão/inclusão: elementos para uma discussão. **Lincenciatura em Revista**, v. 1, março de 2009, Rio de

Janeiro, p. 133-146. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3182> . Acesso em: 26 jul. 2021.

MORAIS, Felippie Antonio Fediuk de; BRITO, Gláucia da Silva. Alunos e a reconfiguração da presencialidade em tempos de cibercultura: análise de relatos em redes sociais sobre as dificuldades no ensino remoto em tempos de pandemia. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6 - n. Especial II, p. 392-415, jun-out, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/52233> . Acesso em: 13 jul. 2021.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos sobre qualidade e direito e acesso à educação. **Revista com senso**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 27-37. 2020. Disponível em: <http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924/553> . Acesso em: 13 jul. 2021.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. RJ, DIFEL, 2000.

JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. O direito à educação no contexto da pandemia (covid-19) no Brasil: projetos de formação em disputa. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6 - n. Especial II, p. 94-117, jun-out 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/51007> . Acesso em: 13 jul. 2021.

MARCON, Karina. Inclusão e exclusão digital em contextos de pandemia: que educação estamos praticando e para quem? **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação UNESC**. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/6047> . Acesso em: 25 jul. 2021.

MARX, Carlos; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. ed 1, São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem [en linea]**. 2008, 17(4), 758-764. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71411240017> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?lang=pt> . Acesso em: 28 jul. 2021.

SOUZA, Marcelo Nogueira de; GUIMARÃES, Lislaine Mara da Silva. Vulnerabilidade social e exclusão digital em tempos de pandemia: uma análise da desigualdade de acesso à internet na periferia de Curitiba. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 279–296, 2020. DOI: 10.12957/riae.2020.51097. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/51097>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SOUSA JÚNIOR, Justino de. **Marx e a crítica da educação**: da expansão liberal-democrática à crise regressiva-destrutiva do capital. ed 2. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

ⁱ **Gabriele Azevedo Rocha**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4571-598X>

Faculdade do Maciço de Baturité

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará. Pesquisadora das categorias educação, trabalho, práxis social e juventude. Atualmente atuando na área socioeducativa.

Contribuição de autoria: autora principal.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9285835763517463>

E-mail: gabrieleazevedorochoa@gmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

ROCHA, Gabriele Azevedo. A inclusão digital dos/as alunas/os das escolas públicas no ensino remoto. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 4, n. 1, 2023.